



SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E DOS SECRETÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL
Filiado à Federação Nacional de Secretárias e Secretários – Fenassec

**ILUSTRÍSSIMA SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES.**

PROCESSO nº. 53000.026065/2012-93

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2012-MC

SIS/DF – SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, portador da Carta Sindical de 04/02/1988, com sede no SCS, Quadra 1, Edifício Ceará, Sala 406/407, Brasília, DF, **representado por sua Presidente MARIA NORMÉLIA ALVES NOGUEIRA**, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 41 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, e com fundamento no referido Edital de Pregão Eletrônico nº 015/2012-MC – Anexo I – Termo de Referência, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, supra mencionado, que tem por objeto “*a contratação, sob forma de execução indireta, de pessoa jurídica especializada para prestação dos serviços terceirizados de natureza continuada na área de apoio operacional e atividades auxiliares, para atender unidades administrativas do Ministério das Comunicações*”, fazendo-a nos seguintes termos:

A) DA TEMPESTIVIDADE

O Edital, em seu item 12, sob o título “**DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**”, sendo que o subtítulo 12.1.3



prescreve que: “O prazo para encaminhamento de impugnação encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 25/07/2012;” razão pela qual verifica-se a tempestividade da impugnação ora proposta.

B) DO DIRECIONAMENTO

Há de ser observado que, no Edital ora impugnado, o item 6.1.2 TÉCNICO EM SECRETARIADO, encontra-se em dissonância com o disposto na Lei nº 7.377/85, que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretariado e dá outras providências, visto que não traz em seu bojo a exigência legal do registro profissional do trabalhador que vier a ser contratado, conforme dispõe o art. 6º da citada lei, senão vejamos:

“Art. 6º. O exercício da profissão de Secretário requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e far-se-á mediante a apresentação de documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do Art.2º. desta Lei e da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

Parágrafo Único - No caso dos profissionais incluídos no Art.3º, a prova da atuação será feita por meio de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social e através de declarações das empresas nas quais os profissionais tenham desenvolvido suas respectivas atividades, discriminando as atribuições a serem confrontadas com os elencos especificados nos Arts. 4º. e 5º.” (com redação dada pela nº 9.261. D.O.U. 11/01/96)

Com isso, o Edital que ora se impugna há de ser aditado nessa parte, a fim de que seja reformulado no que tange à exigência do registro profissional de secretariado que vier a ser contratado pela empresa vencedora do certame.



CONCLUSÃO

Por todo o exposto, resta claro que o aludido Edital viola os preceitos legais acima transcritos. Ademais, resta impugnado o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2012-MC, devendo este ser ajustado a fim de constar a exigência do registro profissional dos secretários que vierem a ser contratados por força do disposto no já mencionado certame, a fim de adequar ao disposto na Lei nº 7.377/85. Requer seja dado provimento à presente impugnação para que seja alterado o Edital, em virtude das ilegalidades apresentadas macularem o interesse público, o que pode redundar em decretação de nulidade de todo o certame e dos demais atos que a ele sucederem.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília, DF, 25 de julho de 2012.

Maria Normélia Alves Nogueira

Presidente SIS/DF

Secretária Executiva

Reg. nº 110 – SRTE/DF